

# O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO

# VENDIDO

**EDITORIAL: A BURGUESIA ALIMENTA A BARBÁRIE** PG.2

**PONTE SALVADOR-ITAPARICA: A ALEGORIA DO CAOS** PG.4

**BIDEN BOMBARDEIA A SÍRIA: "AUTO-DEFESA" OU ATO DE GUERRA?** PG.7

**ATACARAM A DIGNIDADE HUMANA:  
CAMPANHA DA FRATERNIDADE ECUMÊNICA 2021** PG.9

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO, DESEMPREGO E DESIGUALDADE NA BAHIA** PG.11

**À MEMÓRIA DE PEDRO DOMIENSE** PG.14

# A Burguesia Alimenta a Barbárie



Reprodução: Brasil de Fato

Por Milton Pinheiro

Salvador, a histórica cidade da Bahia, encontra-se sob o novo quadro conjuntural, como espelho da animação cultural macabra da burguesia interna e seu consórcio internacional, avança destruindo o Brasil e massacrando o conjunto da classe trabalhadora e os setores populares, em especial o povo pobre das mais diversas periferias. Ultrapassamos as 250 mil mortes pela pandemia da Covid 19; continuamos tendo um governo federal que age de forma macabra, a mais grotesca representação dessa lógica é a manifestação do prefeito de Porto Alegre/RS afirmando que o povo daquela cidade deve morrer para defender a economia da cidade. Estamos diante do mais nefasto papel que a burguesia imprime para estimular a barbárie e defender seus lucros gigantescos.

O novo pacto entre o centrão e o governo Jair Bolsonaro, operado por Artur Lira, avança, sem nenhum freio de contenção, sobre direitos dos trabalhadores/as públicos e do conjunto da sociedade. O Centrão quer aprovar diversas emendas constitucionais que farão do

Brasil um entreposto comercial, com intensa extração de mais-valia e predomínio da iniciativa privada sobre serviços públicos. APEC 186 é criminosa, se passar, retirará os tetos constitucionais para investimentos em saúde e educação. Todo esse arcabouço do caos controlado e do golpe por dentro das instituições encontra-se em ritmo acelerado com o pleno funcionamento do balcão de negócios no parlamento federal, agora muito bem articulado por Artur Lira e Bolsonaro/militares.

O episódio da animação cultural do miliciano Daniel Silveira, elevado à condição de deputado federal pelos aparelhos ideológicos de Estado burguês em 2018, frente ao STF, teve uma firme resposta dessa instituição, contudo, utilizando-se de aparato corrosivo da legislação de exceção ainda em vigor. Esse episódio, apesar de servir às balizas de contenção da democracia formal, não passou de um teste das hordas bolsonaristas para saber até onde iria o STF.

No entanto, outros personagens da mesma lata de lixo da história, ainda circulando nas redes de contágio da sociedade virtual burguesa (Ratinho, outros parlamentares da extrema direita, Youtubers



neofascistas, pastores do comércio da fé, dentre outros), continuam agindo na mesma lógica. O caso mais exemplar é do general Vilas Bôas que reconheceu que, quando era comandante do exército, impôs uma ameaça ao STF, no caso do habeas corpus de Lula. Agora, com três anos de atraso, o leniente ministro Edson Fachin se mostrou incomodado.

Apesar da prisão do deputado/bandido, o Centrão bolsonarista articulou uma emenda constitucional para aumentar o sistema de proteção ao crime executado por parlamentares, uma contrapartida extremamente perigosa. O parlamento da burguesia continua sendo o que sempre foi, agora surfa numa relação de força construída pelas agências/aparelhos ideológicos de Estado. A superestrutura do capitalismo brasileiro está em franco processo de fasticização.

A fração rentista da burguesia interna aplicou um importante golpe no Estado brasileiro, ao mobilizar suas tropas no parlamento para aprovar a "autonomia" do Banco Central. Cabe aqui a longa e indagação da economista portuguesa, Maria da Conceição Tavares (UFRJ): autonomia para quem?

Ainda no campo do avanço da barbárie, o governo do agitador fascista, Jair Bolsonaro, está agindo de forma célere para destruir o patrimônio do Estado; mesmo esse operado pela autocracia burguesa e constituído enquanto ditadura de classe. Prossegue, com total incapacidade de resposta da esquerda parlamentar, os tortuosos caminhos das privatizações. Primeiro, entregaram ao capital imperialista, uma das mais importantes refinarias do Brasil, a Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, por soma ridícula diante do valor reconhecido desse bem público. A Petrobras continua sendo desmontada e fatiada na operação da barbárie privatista. A Eletrobras está sendo violentamente atacada com a mesma finalidade e o Congresso Nacional já aprovou os fundamentos da sua privatização... Seguem os ataques ao Banco do Brasil, Correios, Caixa Econômica Federal, etc. O Brasil entrou no pregão da burguesia interna e seu consórcio

internacional, a partir da operação do governo Bolsonaro e seu arcabouço militar entreguista. Afinal, no Brasil, os militares aperfeiçoaram uma longa tradição, a partir de 1945, que é aprofundar a traição aos interesses da nação.

A barbárie da burguesia e seu governo avançam sobre o Brasil: completa irresponsabilidade do governo no combate a Covid 19, as PECs destrutivas estão em andamento, tem projeto de reforma administrativa para destruir os serviços públicos, a chantagem continua sobre o retorno de um mínimo projeto de auxílio emergencial (com ataque aos/às trabalhadores/as públicos/as; à saúde e educação), desemprego em persistente descontrole, carestia sem precedente, fome generalizada entre a população mais vulnerável.

O que está na ordem do dia é a necessidade urgente de enfrentamento a esse projeto de destruição das mínimas balizas sociais do Estado brasileiro; o capital encontrou na nova reorganização do bloco no poder, um campo fértil para açoiar as relações de trabalho e destruir a classe trabalhadora, colocando-a na informalidade para avançar na "produtividade" do trabalho. O bloco proletário, popular e de esquerda, a partir das suas organizações, precisam articular com urgência uma frente social e política que se configure como frente única para revitalizar a luta de classes, e retirar o protagonismo dos conflitos entre as diversas frações da burguesia que polarizam a relação de força.

Essa construção deve ter como eixo central a consigna do fora Bolsonaro/Mourão e Guedes; deve lutar contra as PECs do "fim do mundo", defender o auxílio emergencial integral, impedir que a matança da Covid/Bolsonaro 19 continue, portanto, exigindo a vacinação já para todos/as.

As circunstâncias da cena política nos informam que a relação de forças pode mudar pela intervenção organizada dessa frente social e política ou, em última instância, pelo aleatório dos acontecimentos sociais diante do grave quadro condensado de crise. Fiquemos alertas, teremos um futuro de inflexões...



Jornalista responsável

**Milton Pinheiro MTB 72.595/SP**

Conselho de redação

**Camila Oliver, Milton Pinheiro,  
Nalbert Antonino e Rafaela Fraga**

Diagramação e Capa

**Nalbert Antonino**



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição

**João Pedro Neves Aguiar, Manuella Logrado e  
Giovani Damico (tradução)**

Revisão

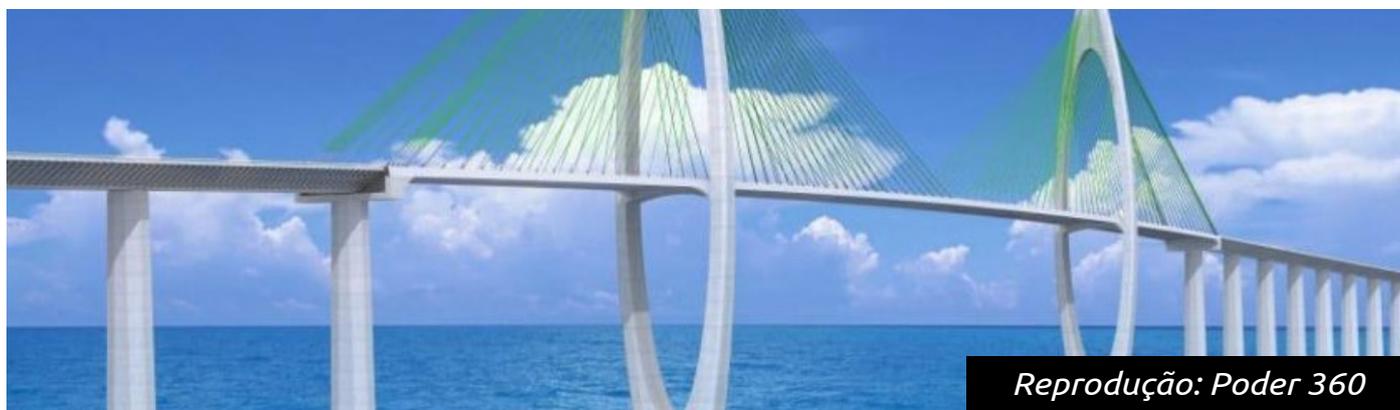
**Gabriel Galego e Rafaela Fraga**

+55 (71) 99299-1368

contato@omomento.org

**www.omomento.org**

# PONTE SALVADOR-ITAPARICA: A ALEGORIA DO CAOS



Por Manuella Logrado

O ano é 2021. O Brasil completa 1 ano do início da pandemia de COVID-19, que culminou na maior crise sanitária e socioeconômica enfrentada pelo país, e o cenário não poderia ser pior: colapso do sistema de saúde, recorde no índice de desemprego, moradia comprometida, retorno ao mapa da fome e a classe trabalhadora cada dia mais onerada em uma batalha pela sua sobrevivência. Na Bahia, não diferente do resto do país, as consequências da pandemia estão nas feições do trabalhador exausto que luta diariamente por garantias básicas como saneamento, alimentação, saúde e até manter um teto sobre sua cabeça. Mas algo chama ainda mais atenção neste cenário caótico: o prosseguimento da obra de proporções alegóricas da ponte Salvador-Itaparica.

Em 12 de novembro de 2020, o Governo do Estado da Bahia, sob a gestão burgo-petista de Rui Costa, assinou o contrato para a construção da ponte Salvador-Itaparica em uma Parceria Público-Privada (PPP) firmada entre o governo estadual e 3 empresas chinesas: China Communications Construction Company - CCCC, South America Regional Company e China Railway 20 Bureau Group Corporation. Os contratos de consórcio firmados em parceria público-privada funcionam, basicamente, com o aporte financeiro do Estado e a contrapartida das empresas da iniciativa privada para a execução da obra.

No caso da ponte Salvador-Itaparica, o contrato firmado definiu que o Estado garantiria o aporte financeiro de R\$1,5 bilhões para

a realização da obra, que totaliza R\$7,7 bilhões, sendo o restante financiado pelas três empresas chinesas que gozarão de 35 anos de concessão, sendo 5 para construção da ponte e 30 de operação e exploração de pedágio para carros no valor inicial R\$45,00, sendo este valor variável para outros meios de transporte terrestres. Vale mencionar a estimativa de que a ponte receba 28 mil veículos por dia já no início do seu funcionamento. Ainda em relação ao contrato de concessão, as empresas gozarão de benefícios fiscais como a suspensão da cobrança de PIS/COFINS, redução de 75% no valor do Imposto de Renda sobre pessoa jurídica (IRPJ) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) à alíquota de 5%.

O desenho de parcerias como a que foi firmada para a construção da ponte é uma expressão fiel da instrumentalização do aparelho estatal em favorecimento dos interesses da classe burguesa, através da utilização de uma verba pública que poderia e deveria ser aplicada ao melhor interesse e às necessidades imediatas da população. Para o Estado, significa subtração de orçamento sob a teórica justificativa de promoção do desenvolvimento econômico e facilidade para os cidadãos; para as empresas, significa um lucrativo e rentável investimento, com diversos benefícios fiscais e, ainda, contando com o investimento direto do Estado na forma de um generoso aporte financeiro, como é caso do montante de R\$1,5 bi a ser desembolsado pelo governo da Bahia para a obra.



O governo Rui Costa justifica a obra de proporções colossais, com seus 12,4 km de extensão, pela redução de 40% do tempo de viagem terrestre entre as duas cidades, travessia mais comumente realizada, hoje, por lancha e ferry boat - que transporta veículos. Outro ponto defendido pelo Governo do Estado é a geração de empregos durante as obras, bem como o desenvolvimento da região da Ilha de Itaparica, abrindo-se assim uma nova região de expansão do município de Salvador.

Ocorre que uma obra dessa dimensão e com um aporte estatal tão astronômico, nos moldes firmados, pode apresentar três problemas centrais: o atraso das obras, tradicional em empreendimentos deste porte; o lapso temporal para a conversão de benefícios reais à população; e o sobrepreço combinado ao descompasso entre a proporção da obra realizada e o benefício gerado à população. É justamente a partir destes três pontos de tensão que o castelo de cartas do Governo do Estado da Bahia começa a se desfazer, revelando as verdadeiras arestas deste projeto de alto valor que usurpará dos cofres públicos verba que poderia ser destinada aos problemas imediatos da população, amplificados pela pandemia.

O primeiro ponto passível de crítica na construção da ponte é o lapso temporal. Estima-se 5 anos para sua construção, para que a partir daí, por mais 30 anos, as empresas concessionárias possam explorar o seu investimento através do pedágio vultoso de R\$45,00 por veículo familiar. Ou seja, serão no mínimo 5 anos, desconsiderando eventuais atrasos, para que esta obra comece a atingir seu principal objetivo de transformar Itaparica em zona de expansão e desenvolvimento do município de Salvador. Serão 5 anos de espera para que a população possa sentir os ditos impactos positivos da obra que se resumem à redução de deslocamento e expansão econômica.

A fome, o desemprego, a saúde pública, a falta de saneamento básico e a moradia não esperam pelo tempo da obra para novos investimentos, tampouco se solucionam com a sua conclusão. Durante esse período, são R\$1,5 bilhões que estão saindo dos cofres públicos diretamente para uma obra que trabalha com uma projeção de desenvolvimento econômico incerta, ignorando as demandas urgentes do povo, latentes,

se agravando mais a cada dia com o acirramento das desigualdades no atual cenário nacional.

Quanto ao sobrepreço, este chegou a ser relatado pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE), que noticiou haver custo “excessivo frente ao mercado”, verificando-se um excedente na quantia de R\$241,4 milhões no contrato firmado. Foi colocado em xeque, inclusive, a suspensão da licitação através de medida cautelar, requerendo a definição de condições contratuais menos vantajosas aos cofres públicos.

O prejuízo pode ser ainda maior, tanto na ordem financeira, quanto no desenrolar prático da obra: uma vez que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem consolidado entendimento de que os Tribunais de Contas podem propor suspensão de licitações, bem como da execução de contratos, quando compreenderem dano ao tesouro público, caso o pleito do TCE seja acolhido a obra poderá ser interrompida mesmo que já esteja em andamento, o que implicaria em mais um fator de atraso na execução e, no pior dos cenários, culminaria no abandono do empreendimento.

O último e principal problema que permeia a obra de construção da ponte Salvador-Itaparica está na seara da sua efetividade e o abissal descompasso dentro o investimento do Governo Rui Costa e a conversão da obra em benefícios para a população. Muito se fala em desenvolvimento econômico, sendo esta a tônica do Governo do Estado da Bahia para sustentar o prosseguimento do procedimento licitatório e sua execução em uma obra de proporções tão colossais. Mas é preciso muito cuidado com esta narrativa neoliberal de progresso e desenvolvimento pautado tão somente em obras, que, além de atropelar fatores importantes como tempo e sobrepreço, também não se baseia em nada mais do que uma expectativa projetada e narrada sem qualquer lastro e evidência na realidade.

No interessante estudo “Infra-estrutura e desenvolvimento: o que se pode esperar da ponte Salvador-Itaparica?”, encampado pelos administradores Francisco Lima Cruz Teixeira e Sílvio Vanderlei Araújo Sousa, todo o projeto do Sistema Viário do Oeste (SVO), no qual se encontra a construção da ponte Salvador-Itaparica, é ricamente analisado através de dados que comprovam não existir qualquer evidência de contribuições significativas, nesta construção, para a mitiga-

ção dos quadros de desigualdade na região.

Já de início, os pesquisadores chamam a atenção para o fato de que a obra da ponte privilegia apenas o modal rodoviário, pois é voltada para veículos sobre rodas. Sendo assim, estão previstas para o futuro duas pistas de transporte coletivo que poderão ser construídas nas modalidades Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) ou Bus Rapid Transit (BRT); porém, estas pistas só poderiam ser implantadas com a conclusão da obra, o que exigiria novo processo licitatório e investimentos que não estão abarcados na quantia desembolsada pelo Estado para a construção do SVO. Ou seja, mais dinheiro além dos já mencionados R\$1,5 bilhões. Ademais, além de representarem novos investimentos, estas duas pistas não são nem de perto uma prioridade do Governo do Estado, em detrimento, assim do transporte de massas que poderia ser amplamente utilizado pela classe trabalhadora.

Os pesquisadores seguem apontando que a construção da ponte irá centralizar uma demanda que não é só de Salvador, mas de toda a sua Região Metropolitana, podendo gerar um novo gargalo de tráfego, afetando negativamente a qualidade de vida da população de Salvador. Observando esta problemática, torna-se irremediável a consideração de que alternativas similares e mais baratas à nível de transporte poderiam ter sido adotadas pelo Governo do Estado, como a construção de uma nova saída para Salvador através de uma via de contorno da Baía de Todos os Santos, contemplando inclusive uma via férrea para passageiros e cargas, conectando-se também com a Ferrovia Centro Atlântica e escoando a produção das indústrias da região. Mais uma vez, os caminhos lógicos são completamente desafiados na escolha do projeto mais oneroso, de demorada execução e no pior momento possível para ser colocado em prática.

O estudo desvela, até, como a concepção de desenvolvimento socioeconômico para o Baixo-Sul e o Recôncavo a partir da ideia de que Itaparica se tornaria um vetor direto de expansão de Salvador, trata-se de uma projeção vazia se considerados os dados territoriais da região. A simples ideia de traslado da população sem o devido investimento em infra-estrutura e políticas públicas básicas, pode, em verdade, ampliar os problemas urbanos e sociais que já existem na região.

A ideia de vetor exponencial de crescimento da região implica em uma possível demanda de habitação, o que, em verdade, não ocorre, dada a falta de investimento em infraestrutura como educação, saúde e segurança. Sendo assim, ao invés de contribuir para o desenvolvimento da regiões do Baixo-Sul e Recôncavo, a obra pode agravar a questão da concentração, amplificando as desigualdades no estado.

Por fim, a obra de construção do Sistema Viário do Oeste implicará na desapropriação de diversos terrenos vazios da região, que devem entrar na composição financeira do projeto, o que revela uma amarga ironia em um momento de profundo acirramento das desigualdades sociais na Bahia por conta da pandemia, momento este onde a população luta por moradia digna. Numa crise sanitária deste porte, isso pode representar a diferença entre a vida e a morte para o trabalhador.

Observando o empreendimento em todos os seus aspectos, suas incongruências e as falsas promessas à população, fica evidente o caráter burguês, elitista e direitista que assumiu Rui Costa em sua gestão do Estado da Bahia. Um governo que se preocupa exclusivamente com os interesses dos ricos e empresários sem um olhar atento para a população, que às duras penas vem enfrentando a pandemia, numa corrida contra o tempo para garantir a sua sobrevivência sem qualquer subsídio do Governo do Estado e do Governo Federal.

Em tempos de normalidade sanitária, a obra do Sistema Viário do Oeste, por sua proporção colossal, sobrepreço e acima de tudo pela baixa efetividade na conversão do desenvolvimento que se propõe, já mereceria todos os questionamentos apontados. Mas a sua realização no cenário atual de pandemia se revela como um projeto especialmente cruel: o imenso monstro de concreto e metal que irá alterar a biodiversidade da Baía de Todos os Santos, representa os 12,4 km do capricho de um governo que deixa a classe trabalhadora à própria sorte, dando primazia aos interesses da iniciativa privada. Que não se envergonha do desembolso da astronômica cifra de R\$1,5 bilhões, enquanto deixa faltar em políticas básicas de sobrevivência para a população; mas, muito pelo contrário, se orgulha em implantar uma alegoria em meio ao caos.

# BIDEN BOMBARDEIA A SÍRIA: “AUTO-DEFESA” OU ATO DE GUERRA?



Reprodução: Liberation News

Por Jordan Woll

O presidente [estadunidense] Joe Biden se engajou ontem em sua primeira operação militar de destaque, lançando um ataque aéreo sobre a Síria que deixou ao menos 22 mortos. Este ataque aparenta ter tido como alvos instalações, equipamentos e lutadores de organizações de resistência iraquianas, afiliadas com as Forças de Mobilização Popular, um dos principais grupos responsáveis por libertar boa parte do Iraque do domínio do ISIS [Estado Islâmico]. Muitas milícias associadas às FMP também possuem presença cruzando a fronteira com a Síria com a autorização do governo Sírio. O ataque é apenas a última expressão das violações ultrajantes em andamento perpetradas pelos EUA à soberania da Síria.

A administração de Biden alega que estes últimos bombardeios teriam sido justificados como “auto-defesa” em retaliação pelos ataques por mísseis conduzidos ao longo das últimas semanas contra as instalações militares estadunidenses situadas no Iraque. O Secretário da Defesa dos EUA Lloyd Austin afirma estar “confiante de que aquele alvo [dos bombardeios] estaria sendo utilizado pelos mesmos militantes xiitas que conduziram os ataques [por mísseis]”. Organizações membros das FMP

tem afirmado que não estiveram envolvidas. O Irã, a quem o Pentágono sugere estar equipando e dirigindo as milícias iraquianas, nega igualmente envolvimento. No entanto, ainda que as alegações dos EUA sejam verdade, resistir a uma ocupação pelas vias da força, não justifica a ocupação nem converte o poder ocupante em uma vítima.

Os ataques aéreos de Biden na Síria demonstram a continuidade da política dos EUA na região. Donald Trump já havia feito de alvo as milícias associadas às FMP previamente, quando este ordenou o assassinato de alguns dos seus líderes do mais alto escalão em uma ação desavergonhada de bombardeios por drones, que custou à vida do alto general iraniano Qassem Soleimani. O mundo reconheceu prontamente o perigo das ações de Trump, que colocaram a região inteira à beira de uma guerra total. Apenas uma resposta imediata do movimento internacional anti-guerra, bem como as retaliações iranianas posteriores bem calibradas, que feriram sem casualidades as tropas estadunidenses, forçaram uma descida de Trump da beira do precipício.

De sua parte, o parlamento iraquiano votou por uma expulsão imediata das tropas

estadunidenses. Esta movimentação foi acompanhada pelas mobilizações de milhões de iraquianos em algumas das maiores manifestações da história do país. No entanto, as tropas ocupantes dos EUA permaneceram, desprezando a soberania do Iraque e a vontade evidente de seu povo. Estas são as razões pelas quais mísseis periodicamente têm como alvo instalações dos EUA no interior daquele país.

O secretário de comunicação do Pentágono também afirmou de forma absurda que este ataque sobre os iraquianos no interior da Síria teve como intenção a punição dos combatentes, sem escalar as tensões já elevadas com o Irã. Evidentemente, ataques militares têm uma tendência inerente de, em realidade, elevar rapidamente as tensões. Biden afirmou semanas atrás que ele estaria interessado em retornar os EUA ao acordo nuclear com o Irã, o que significaria um fim às hostilidades abertas e às sanções ao país. Porém, ele tem sido amplamente criticado por estabelecer precondições moldadas para serem inaceitáveis ao Irã. As tensões só poderiam se elevar enquanto Biden permanecer neste trajeto, formatado para tornar a diplomacia impossível.

## O Ataque é condenado pelo mundo

Vozes ao redor do mundo condenaram este ato de guerra, reconheceram a clara continuidade da agressão dos EUA entre as administrações de Trump e Biden.

O Ministro das Relações Exteriores da Rússia Sergei Lavrov apontou que o ataque ao aliado de longa data de seu país, a Síria, foi conduzido com apenas “quatro ou cinco minutos” de aviso dos EUA à Moscou. Sob convite do governo sírio, a Rússia mantém uma presença militar no interior do país para dar assistência na guerra contra grupos religiosos fundamentalistas armados. Caso os Estados Unidos tivessem acidentalmente matado soldados russos, o mundo teria submergido em uma nova crise.

Com toda a conversa sobre o Irã, não há muito sendo dito pela grande mídia dos EUA sobre o fato de que este ataque foi conduzido em solo sírio. Os Estados Unidos não estão em guerra com a Síria e não foram convidados para dentro da Síria, e de toda forma estabeleceu bases permanentes de ocupação sob o pretext

to de combater o ISIS. O Ministério de Relações Exteriores da Síria se pronunciou afirmando que: “condena fortemente a agressão americana covarde” e que “este é um sinal ruim no que tange às políticas da nova administração dos EUA, que deveria aderir à [Lei] Internacional”.

Até mesmo alguns membros do próprio partido de Biden, o Partido Democrata, admitiram que a administração estava em violação das leis locais. “O congresso deveria... requerer claras justificativas para ação militar, especialmente em cenários como a Síria, onde o congresso não autorizou explicitamente nenhuma ação militar americana”, de acordo com o Senador Chris Murphy, democrata de Connecticut. Tim Kaine, um senador democrata da Virgínia, apontou a natureza inconstitucional da condução de Biden como “ação militar ofensiva sem aprovação do congresso”. A representante Ro Khanna da Califórnia lembrou o público ao condenar o ataque aéreo mortal, que Biden é agora o quinto presidente consecutivo a ordenar ataques no Oriente Médio.

Se o congresso estiver sério sobre sua oposição a este tipo de ação militar, eles deveriam se recusar a assinar os cheques que mantêm a máquina funcionando. O orçamento militar dos EUA, tem passado praticamente unanimemente todos os anos, está mais alto do que nunca e mais perigoso a cada dia para as pessoas comuns pelo mundo. Enquanto isso, as pessoas congelam até a morte em tempestades de inverno previsíveis ou morrem em dezenas de milhares de uma infecção viral que poderia ser prevenida aqui nos Estados Unidos.

Após todas as bombas terem sido jogadas na Síria nesta semana, o Pentágono afirmou em uma declaração que a operação enviou “uma mensagem clara” - presumivelmente que os Estados Unidos estão decididos a continuar sendo a principal força beligerante ocupando ilegalmente e cometendo atos de guerra no Oriente Médio. O movimento anti-guerra e as pessoas de consciência ao redor do mundo devem enviar a nossa própria mensagem se organizando contra a agressão imperialista que continua década após década, independente de quem esteja na Casa Branca.

Texto original do site Liberation News; tradução por Giovani Damico

# ATACARAM A DIGNIDADE HUMANA: CAMPANHA DA FRATERNIDADE ECUMÊNICA 2021



Reprodução: CONIC

Por Camila Oliver

A Campanha da Fraternidade é realizada anualmente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no período da Quaresma, com o objetivo de despertar a solidariedade em relação aos problemas da realidade concreta da sociedade brasileira, analisando a conjuntura e apontando possibilidades de solução. Idealizada por três padres responsáveis pela Caritas Brasileira, a primeira Campanha da Fraternidade foi realizada em 1962, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, com o objetivo de arrecadar fundos para atividades assistenciais. Mesmo sem êxito financeiro em sua edição inicial, no ano seguinte a campanha foi acolhida por mais dezesseis dioceses do Nordeste e, de maneira nacional, em 1964. Em 1970, recebeu apoio do Papa Paulo VI.

Desta maneira, a coleta de solidariedade realizada no Domingo de Ramos cresceu e hoje a arrecadação compõe o Fundo Nacional de Solidariedade e os Fundos Diocesanos de Solidariedade, sendo reverti-

da para o apoio a diversos projetos sociais.

No ano 2000, deu-se início à Campanha da Fraternidade Ecumênica. A iniciativa congrega denominações cristãs diversas, organizadas no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC e tem sido realizada a cada 5 anos, abordando temas como: “Dignidade Humana e Paz”; “Solidariedade e Paz”; “Economia e Vida”; “Saneamento Básico e Meio Ambiente”. A Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021 trouxe como tema “Fraternidade e Diálogo: compromisso de amor” e o seu lema foi o texto bíblico “Cristo é a nossa paz: do que era dividido, fez uma unidade” (Ef. 2.14). Inspirada nesse versículo, a campanha deste ano tem como objetivos: denunciar as violências contra pessoas, povos e o meio ambiente, em especial, as que usam o nome de Jesus; encorajar a justiça para a restauração da dignidade das pessoas, para a superação de conflitos e para alcançar a reconciliação social; animar o engajamento em ações concretas de amor à pessoa próxima;

promover a conversão para a cultura do amor em lugar da cultura do ódio; fortalecer e celebrar a convivência ecumênica e inter-religiosa.

Para tanto, o texto base desta campanha é um texto em defesa da vida, opondo-se ao negacionismo do governo no que tange à COVID-19 e à Ciência, referendado por algumas igrejas cristãs que mantiveram as suas portas abertas, sujeitando a sua membresia aos riscos de contaminação. Além disso, o texto aponta a necessidade de medidas urgentes no enfrentamento à pandemia, ressaltando o número de mortes crescentes. Convida as ditas minorias a unirem-se “quebrando a farsa de um sistema” que nos quer divididos e, nesse sentido, denuncia o aumento da violência contra as mulheres, a população negra, indígena, quilombola, imigrantes, LGBTQIA+, ativistas dos direitos humanos. E assinala o uso do fundamentalismo religioso cristão (intolerância religiosa) contra os povos tradicionais para que os seus territórios sejam tomados pelo grande capital. Por fim, o texto apresenta práticas concretas de igrejas que se colocam no enfrentamento a essas violências.

Contudo, lançada na quarta-feira, 17/02/2021, a Campanha da Fraternidade Ecumênica bem como as pessoas que compõem a coordenação do CONIC (Pr. Inácio Lemke, presidente; Rev. Anita Wright, vice-presidenta; e Pr<sup>a</sup> Romi Bencke, secretária executiva), vêm sofrendo fortes ataques e ameaças em redes sociais, principalmente pela ala mais conservadora da igreja católica, que entende o texto-base como “progressista demais”, carregado de heresias e “ideologia de gênero”.

As ofensivas destes grupos fundamentalistas, em grande parte de alguma maneira ligados ao governo Bolsonaro, tais quais o Centro Dom Bosco, o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e Auxiliares, são ligadas, principalmente, às chamadas pautas morais: “...a quaresma católica, não é espaço para se dialogar temas polêmicos e contrários à autêntica doutrina da nossa Igreja [...] o percentual da nossa coleta não será enviado e sim, real e efetivamente, empregado no socorro aos pobres...” (Instagram do Centro Dom Bosco citando carta do Arcebispo Ordinário Militar do Brasil). Além destes, vociferaram em seus canais de televisão pastores como Silas Malafaia, adjetivando a composição do CONIC de “esquerdopata”, e

uma juventude coberta dos arroubos morais da burguesia que em seus canais de youtube e suas redes sociais promoveram um verdadeiro linchamento direcionado, de maneira especial, à figura da pastora Romi Bencke, como se esta fosse a única responsável pela escrita do texto.

Há muito o que se discutir neste episódio. Quando a doutrina de uma igreja é maior do que a vida, quando estas igrejas escolhem os “seus próprios pobres”, há muito o que se pensar sobre a responsabilidade social e política das igrejas. Foi esta mesma “linha hermenêutica” que respaldou a invasão do Brasil, o genocídio dos povos indígenas, a escravidão dos povos de África e vem respaldando historicamente toda a estrutura patriarcal do capitalismo e, atualmente, respalda o governo ultraliberal, genocida, misógino, racista, LGBTQIfóbico de Bolsonaro.

Um outro ponto importante sobre este texto-base é que, ao apresentar as práticas concretas das igrejas que compõem o CONIC, tira da invisibilidade as igrejas que caminham em contraponto com as organizações religiosas ávidas pelos lugares de poder, ao mesmo tempo em que justificam as opressões contra a classe trabalhadora. Assim, é importante que se diga que este texto-base não foi escrito por uma única pessoa ou instituição: foi escrito por representantes do conjunto das igrejas que participam do CONIC.

Como citou a pastora Romi Bencke, em entrevista à Folha de São Paulo, publicada no dia 17/02/2021, “O argumento da campanha atual é criação de um grupo que incluiu um cientista social, uma doutoranda em semiótica, um doutor em línguas vernáculas e uma teóloga feminista... Depois de formulado, foi discutido e aprovado por dois líderes católicos, um da Igreja Ortodoxa e seis evangélicos, sobretudo de igrejas protestantes históricas (só há uma pentecostal)”. Portanto, nada tem de herege ou de unilateral, é um texto construído em um diálogo entre uma diversidade de igrejas; sob a análise do texto bíblico em seu contexto histórico, social, econômico e político, em diálogo com a conjuntura do nosso país, como aponta o tema: “Fraternidade e diálogo: compromisso de amor”.

Por fim, revelo aqui que sou uma das integrantes deste grupo que escreveu o texto-base da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021. Sou a “doutoranda em semiótica” (naquele momento de escrita concluía o doutorado)

citada na entrevista do parágrafo anterior. E causa-me orgulho que o argumento deste texto tenha causado tamanho incomodo nas estruturas acostumadas a referendar os ataques à classe trabalhadora, a oprimir ainda mais os oprimidos e a justificar todas as mazelas sociais em nome de Deus. Fico com o trecho final da carta de apoio da Aliança de Batistas do Brasil ao CONIC e à Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021: “Por isso nos causa orgulho e não pesar, que no nosso texto-base da CFE-2021, pessoas e grupos vulnerabilizados em nosso tempo atual sejam mencionados: LGBTQIA+, a juventude negra vítima da violência e do racismo estrutu-

ral, das mulheres vítimas da misoginia, expressa de forma explícita através do feminicídio, etc. Afinal de contas, o que adiantaria termos como tema ‘Fraternidade e Diálogo: compromisso de amor’ e o lema ‘Cristo é a nossa paz: do que era dividido, fez uma unidade’ (Ef. 2.14) se não fosse para levar isso às últimas consequências? As palavras e o exemplo radical de nosso Mestre exige sempre isso de cada um de nós”. Trabalhadores do mundo, religiosos ou não, uni-vos em defesa da fraternidade e da dignidade humana!

## DESINDUSTRIALIZAÇÃO, DESEMPREGO E DESIGUALDADE NA BAHIA



Por João Pedro Aguiar

O anúncio do encerramento das atividades da Ford na Bahia, com o prejuízo de 12 mil postos de trabalhos diretos e 60 mil indiretos, não foi a única má notícia para os trabalhadores baianos neste início de 2021: a privatização da RLAM - Refinaria Landulpho Alves, a primeira do país e fundamental para impulsionar o primeiro polo petroquímico brasileiro em Camaçari - foi realizada por 50% de seu preço, comprada pela multinacional Mudabala, dos Emirados Árabes Unidos. A venda da refinaria faz parte da agenda de privatizações das principais estatais brasileiras impetrada pelo governo Bolsonaro-Mourão.

Tal cenário de retrocessos engrossa o índice de baianos desempregados, que, segundo o IBGE, era de 20% em 2020 - o segundo maior do Brasil.

O desemprego, que cada vez mais se generaliza, é responsável por aumentar as desigualdades sociais e deteriorar as condições e a qualidade de vida da população trabalhadora. Para olharmos mais de perto a gravidade do quadro, podemos observar os dados emitidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos - DIEESE, que analisou os contínuos aumentos no custo da cesta básica

em Salvador. Entre janeiro de 2020 e o início de 2021, esse custo cresceu 30% na capital baiana, o que corresponde a, aproximadamente, 50% do salário mínimo.

Estes fatos nos ajudam a entender como a Bahia encabeça os piores indicadores sociais do país. Segundo levantamento do IBGE, quase metade da população baiana, cerca de 7,3 milhões de trabalhadores, está em situação de insegurança alimentar, ou seja, quando o acesso e a disponibilidade de alimentos são escassos. Muitas famílias têm comprometido a qualidade da alimentação para garantir a possibilidade de comprar comida. Concretamente, a ausência de fontes de renda em decorrência do desemprego galopante, da concentração de terras pelo agronegócio e do desmonte do parque industrial, tem gerado uma situação de penúria social, revivendo a fome e a carestia como realidade para milhões de trabalhadores baianos.

Em 2020, as indústrias de transformação e de extração representaram 21,8% do PIB do estado. Os setores da calçados, bebidas, produção de plásticos e borracha (que se caracteriza pela produção de pneus), metalurgia, Produtos Minerais Não-Metálicos e Informática tiveram quedas significativas a partir de abril, após o início da crise sanitária, segundo documento publicado pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB, traduzindo-se na ampliação de demissões e fechamento de postos de trabalho.

A conjuntura retrógrada para a população trabalhadora é resultado da desarticulação do Estado em organizar a produção e o trabalho, em favorecimento da burguesia interna brasileira e internacional, com suas investidas em empresas estratégicas. A desindustrialização na Bahia, em paralelo à desindustrialização nacional, reforça a posição dependente e subordinada da burguesia brasileira na cadeia de produção global do capitalismo, na qual a indústria primária - de exportação de commodities - ocupa um peso muito maior na produção nacional por ser mais vantajosa para essas frações do capital, mesmo sendo um setor obsoleto e que dispensa vagas de postos de trabalho.

Contudo, uma economia centralizada na exportação de commodities (principalmente advindos do agronegócio) e no setor de serviços não é uma condição de antagonismo para a

burguesia, mas sim uma condição de vantagem, pois esta garante suas taxas de lucro. O ônus está para os trabalhadores: tal política significa a redução dos postos de trabalho e o crescimento das mazelas sociais proporcionadas pelo desemprego.

Já o Governo da Bahia, liderado pelo governador Rui Costa (PT) e por uma coalização com o PCdoB, PSD, PP e outras siglas menores, tem mantido a tendência nacional de organizar a atividade econômica em prol da agroexportação. O Governo do Estado não consegue dar nenhuma resposta no combate ao desemprego e às desigualdades, a não ser se apoiar no receituário neoliberal, baseando sua atividade em garantir estímulos financeiros como subsídios para o setor privado e buscar atender suas exigências para garantir a "segurança" para investidores.

A defesa da recuperação econômica da Bahia, do combate ao desemprego e das desigualdades perpassa pela revogação imediata das reformas trabalhistas, das medidas de ajuste fiscal e de todas as políticas neoliberais, que destruíram os postos de trabalho e ampliaram as desigualdades. Mas a organização racional da economia, planejando o desenvolvimento em prol da satisfação do interesse dos trabalhadores, não será dentro dos marcos do sistema capitalista. Somente trilhando um caminho autônomo construído pelo Poder Popular, será possível combater, na raiz, as desigualdades que afligem a classe trabalhadora baiana e brasileira.



*Reprodução: CNN Brasil*

## PAVÃO VERMELHO

*Ora, a alegria, este pavão vermelho,  
está morando em meu quintal agora.  
Vem pousar com um sol em meu joelho  
quando é estridente em meu quintal a aurora.*

*Clarim de lacre, este pavão vermelho  
sobrepuja os pavões que estão lá fora.  
É uma festa de púrpura. E o assemelho  
a uma chama do lábaro da aurora.*

*É o próprio doge a se mirar no espelho.  
E a cor vermelha chega a ser sonora  
neste pavão pomposo e de chavelho.*

*Pavões lilases possui outrora.  
Depois que amei este pavão vermelho,  
os meus outros pavões foram-se embora.*

### Sosígenes Costa



Reprodução: poesia.net

## SOBRE O AUTOR: SOSÍGENES COSTA

*Por Gabriel Galego*

Sosígenes Costa (1901-1968), nasceu em Belmonte e viveu a maior parte da vida como funcionário público em Ilhéus, duas cidades sul baianas. Foi poeta, jornalista e professor. A partir de 1928, em sua juventude e já residente de Ilhéus, começa a aparecer na imprensa com seus poemas, com notáveis influências simbolistas. No mesmo ano, a convite de Jorge Amado, entre na Academia dos Rebeldes – e se soma na tentativa de revitalizar a estética moderna no contexto baiano, ao lado de figuras como Edison Carneiro e Walter da Silveira.

Apesar de ser um exímio escritor, muito criativo e causa de grande admiração por seus amigos, apenas publica um livro já no final de sua vida, em 1959. Mesmo ganhando o prêmio Jabuti, ficou desconhecido do grande público por muito tempo. A sua obra mais emblemática, *Iararã*, foi talvez uma das mais complexas epopeias modernas, ao lado apenas de *Cobra Norato*. Trata de recontar a colonização no Brasil a partir de um olhar local de Belmonte e da construção da cultura grapiúna. Apesar de escrita em 1931, foi publicado apenas após sua morte, por esforços de José Paulo Paes – e ainda permanece muito inexplorada.

O escritor sempre esteve ao lado de autores progressistas, como Jorge Amado e Edison Carneiro, militantes do PCB à época. Em seus poemas, é nítida a sua preocupação com a pesquisa da cultura popular baiana, especialmente atrelado às questões religiosas – com referências ao catolicismo popular, ao candomblé e ao samba. Sosígenes Costa foi um dos mais importantes poetas baianos do século XX, apesar de ter ficado por muito tempo no esquecimento.

# À MEMÓRIA DE PEDRO DOMIENSE



Arte: Nino Guimarães

Por Camila Oliver

**Pedro Domiense de Oliveira** nasceu na cidade de Salvador no dia 14 de maio de 1921. Foi sindicalista, funcionário público dos Correios da Bahia, líder dos posseiros urbanos do bairro Nordeste de Amaralina (Salvador) e militante do PCB.

Bacharel em Ciências e Letras, Pedro trabalhou no Jornal O Momento, sendo um dos responsáveis pelo parque gráfico que funcionava na Baixa dos Sapateiros, onde, incansavelmente, operários e estudantes passavam as noites na confecção do jornal dobrado à mão.

Constantemente perseguido pela repressão, Pedro estava na redação de O Momento quando, em 1953, o Exército invadiu a sede e o espancou brutalmente, levando-o a contrair tuberculose. Um mês após a instauração da ditadura burgo-militar no Brasil, foi preso no dia 4 de maio de 1964 e exposto a diversas torturas no Quartel da 6ª Região Militar. Quando da sua prisão, disse à sua esposa, Maria de Lourdes Santana: "Vá para casa e tome conta dos nossos filhos, pois eu não volto mais".

No Quartel do Exército, Pedro Domiense foi envenenado e encontrado por sua esposa, agonizando, quase morto, nas proximidades da Base Aérea de Salvador, vindo a falecer no Hospital Getúlio Vargas (Salvador), no dia 7 de maio, aos 43 anos, sepultado no cemitério Quinta dos Lázaros.

Segundo o laudo da necropsia, Pedro havia cometido suicídio por ingestão de veneno. O relatório da Comissão Nacional da Verdade recomenda a retificação da certidão de óbito de Pedro Domiense, bem como a continuidade das investigações sobre o caso, a fim de identificar e responsabilizar os agentes envolvidos, pois "diante das investigações realizadas, concluiu-se que Pedro Domiense de Oliveira morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país, a partir de abril de 1964".

**Pedro Domiense, presente!**